



PLANO DE MELHORIA 2016/18 (IGEC)

O Agrupamento de Escolas Mães d'Água situa-se na freguesia da Falagueira-Venda Nova, no concelho da Amadora. Constituído no ano letivo de 2006-2007, inclui o Jardim-de-Infância da Falagueira, a Escola Básica do 1.º ciclo Artur Bual e a escola-sede, Escola Básica 2.º e 3.º Ciclos e Secundária Mães d'Água. Integra, desde 2009-2010, o Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP).

No ano letivo de 2015-2016, a população escolar perfaz um total de 819 crianças e alunos assim distribuídos: 85 na educação pré-escolar (quatro grupos); 174 no 1.º ciclo do ensino básico (oito turmas); 122 no 2.º ciclo (seis turmas); 182 no 3.º ciclo (nove turmas); 61 no ensino profissional (três turmas) e 109 nos cursos científico-humanísticos do ensino secundário (seis turmas). A oferta educativa inclui ainda 22 alunos no curso vocacional de nível básico (uma turma), 39 com percursos curriculares alternativos (três turmas) e 25 no Programa Integrado de Educação e Formação (duas turmas).

O Agrupamento Mães D'Água está situado na vizinhança de dois bairros problemáticos: o Casal do Silva, onde predomina a etnia cigana, e um bairro clandestino, adjacente, a Quinta da Lage, com forte implantação de imigrantes oriundos de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs). Assim, da totalidade dos alunos, 16% são de nacionalidade estrangeira, provenientes de 15 países, apresentando maior expressão os de origem Cabo Verdiana. Esta situação tem maior expressão na escola do 1º ciclo, que se assume como uma escola de multiculturalidade, já que 40% dos alunos são de origem Lusa, cerca de 25% de etnia cigana, a mesma percentagem para os de origem nos PALOP e os restantes alunos são de origem Paquistanesa, Romena, Búlgara, Brasileira, Chinesa e Ucraniana.

Por outro lado, o contexto de grande instabilidade em que se situa este Agrupamento é potenciado pela desigualdade e pela pobreza, aliados a uma realidade sociocultural muito diversificada. A inexistência de vinculação de muitos dos nossos alunos com a própria família biológica influencia todo o seu desenvolvimento, bem como as relações que estabelecem no seio da escola, desde que iniciam o seu percurso escolar. Assim o Agrupamento apresenta um quadro em que a maioria dos alunos beneficia da ação social escolar (apenas 35% não beneficiam de auxílios económicos) e 16% (142 alunos) estão sinalizados para a ECJ/CPCJ,



encontrando-se numa situação de perigo. Esta percentagem é extremamente elevada a nível do 2º ciclo, com 32%, seguindo-se o 1º ciclo com 19% e o 3º ciclo com 15%.

A realidade sociofamiliar condiciona fortemente os resultados escolares. Embora a escola tudo faça para que o determinismo socioeconómico da família não se vá refletir nas aprendizagens, estes jovens são portadores de baixas expectativas de formação escolar, muitos deles com a agravante de serem, como referimos, provenientes de famílias não estruturadas onde a multiculturalidade vem acrescentar mais dificuldades, exigindo esforços redobrados a nível do processo ensino-aprendizagem, da assiduidade e da própria disciplina.

Outro aspeto a realçar é a baixa escolaridade e as expectativas académicas pouco elevadas de grande parte das famílias do Agrupamento. Cerca de 60% dos pais e mães apresentam uma escolaridade até ao 9º ano. No ensino básico, apenas 3% tem formação superior e 13% o ensino secundário. Acresce a existência de população sem o 4º ano de escolaridade, nomeadamente na etnia cigana e alguns imigrantes romenos ou oriundos dos PALOP. Quanto à ocupação profissional, apenas 8% desempenham atividades de nível superior e intermédio. Esta situação melhora ligeiramente no caso dos alunos do ensino secundário, em que os 4% dos pais têm habilitação superior e 22% o ensino secundário, sendo que 16% exercem profissões de nível superior e intermédio.

O trabalho com os alunos, famílias e comunidade é assegurado por 98 docentes (em que 78% pertencem aos quadros e lecionam há 10 ou mais anos), 42 elementos não docentes (sete assistentes técnicas e uma coordenadora, em regime de substituição; 33 assistentes operacionais e uma coordenadora, sendo que 65% têm 10 ou mais anos de serviço) e um técnico superior (psicólogo).

Os alunos têm um acompanhamento personalizado resultante da articulação dos recursos existentes, Direção, DTs, SPO, Gabinete de Apoio Alunos e Família (GAAF) e Associação Empresários pela Inclusão Social (EPIS), em parceria com os pais. De acordo com o perfil dos alunos, alguns são encaminhados para Cursos Vocacionais, PCA, PIEF e Profissionais, por decisão familiar.

Face ao quadro descrito, quanto mais precoce for a intervenção, mais facilmente são detetadas eventuais situações de risco ou perigo, daí darmos importância a uma intervenção no pré-escolar e nos 1º e 2º ciclos. Contudo, a promoção da inclusão, da igualdade de oportunidades e do bem-estar subjetivo tropeçam muitas vezes com o próprio sistema educativo, cada vez mais massificado, e com a desregulação dos critérios educativos – que diferem entre a escola, a família e os media –, acabando por travar as medidas de melhoria.



O sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em Portugal tem por base um modelo colaborativo, que parte da assunção jurídica de que a garantia de efetivação dos direitos das crianças e dos jovens compete a toda a comunidade. Neste sentido, a escola assume-se como entidade privilegiada de primeira linha, em matéria de infância e juventude. Deste modo, cabe à escola intervir de forma preventiva, evitando e colmatando riscos, ao mesmo tempo que assume a formação de cidadãos responsáveis a nível social e ambiental, numa perspetiva de formação integral.

O humanismo, a tolerância, o respeito, a solidariedade, a equidade e a responsabilidade são valores sempre presentes na vivência diária do Agrupamento, sendo o nosso verdadeiro compromisso oferecer uma educação diferenciada que promova a excelência humana e académica.

2. PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS

A equipa de avaliação da IGE, que esteve este ano letivo de 2015-2016 no Agrupamento, destacou como pontos fortes de desempenho os seguintes:

1. “O alargamento da oferta educativa/formativa como resposta a necessidades da comunidade local, contribuindo para a aquisição de competências escolares/formativas;
2. O trabalho realizado com crianças e alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, pautado por uma atuação concertada e ajustada às suas especificidades, que favorece a sua inclusão, socialização e autonomização;
3. O fomento da participação dos alunos em iniciativas de cariz social e com reflexo na respetiva formação integral;
4. A ação desenvolvida com as famílias, em articulação com os parceiros da rede social, na identificação e no acompanhamento de alunos em situação de risco, com reflexos na prevenção e na minimização do abandono e do absentismo escolares;
5. A liderança mobilizadora do diretor, que tem em conta as pessoas e o seu bem-estar, motivando docentes e não docentes e promovendo o bom ambiente de trabalho;
6. A receptividade dos responsáveis às oportunidades que, transversalmente, fortalecem a ação educativa e se repercutem, de forma positiva, na formação integral de crianças e de alunos;



7. A rede estratégica de parcerias viabilizando respostas contextualizadas às necessidades educativas, à inclusão social e à inserção dos alunos na vida quer escolar quer pós-escolar”.

A estes pontos fortes acrescentamos três outros que consideramos igualmente importantes como facilitadores na persecução das metas e que são o espelho da cultura do nosso

Agrupamento:

1. A forte cultura de proximidade entre professores e entre estes e os alunos, o que dá origem ao que consideramos um bom ambiente de trabalho;
2. Um corpo docente com larga experiência e formação;
3. Uma cultura de reflexão e de autoavaliação.

Quanto aos pontos fracos, recorreremos mais uma vez, à avaliação realizada pela IGE, (ano lectivo 2015/16) tendo sido apontadas as seguintes áreas a melhorar:

1. “O aprofundamento da reflexão em torno dos fatores internos determinantes do (in)sucesso, monitorizando de forma sistemática a eficácia das estratégias implementadas;
2. A sustentação da gestão articulada do currículo, num planeamento estruturante, orientador e realizado com intencionalidade, a fim de promover a consistência das aprendizagens nos níveis de ensino subsequentes e aumentar a eficácia da ação educativa;
3. A intensificação de práticas de diferenciação pedagógica em sala de aula e de metodologias ativas, com vista ao maior envolvimento dos alunos na construção do seu próprio saber e na melhoria dos respetivos desempenhos;
4. O investimento, em moldes sistemáticos, em mecanismos de supervisão da prática letiva, enquanto estratégia de melhoria orientada para a rendibilização dos saberes profissionais e conseqüente repercussão na qualidade do ensino;
5. O fortalecimento da avaliação formativa, enquanto instrumento regulador dos processos de ensino e de aprendizagem, acautelando a aferição dos critérios e dos instrumentos aplicados, como garante do rigor e da equidade da avaliação;



6. A articulação entre os documentos estruturantes da ação educativa, em ordem a fortalecer o seu valor instrumental e a potenciar o seu impacto nas práticas de ensino e nas dinâmicas escolares;
7. O desenvolvimento de procedimentos de autoavaliação agregadores, que comprometam a comunidade educativa e que, sem descurar os mecanismos explícitos e estruturados de monitorização sistemática dos processos, permitam fundamentar, de forma coerente, todas as decisões estratégicas”.

Atendendo ao enunciado anteriormente e no seguimento do Relatório da IGEC

Destes pontos queremos destacar a debilidade do trabalho colaborativo no interior da escola, o qual que é feito muitas vezes de forma informal, sem qualquer sistematização ou enquadramento e sem avaliação. Também há outro aspeto importante que se prende com a debilidade ou praticamente inexistência de planificações de atividades multidisciplinares ou transdisciplinares, daí que neste plano se tente investir nessas áreas.

Embora o relatório não refira, temos também identificados, a partir da autoavaliação do Agrupamento, os seguintes problemas que se prendem com:

1. Os elevados níveis de absentismo, de falta de pontualidade e indisciplina por parte dos alunos;
2. O fraco envolvimento dos pais na formação escolar dos alunos por falta de capacidade para acompanhar os seus educandos.

Estes aspetos assumem particular importância porque acabam por condicionar as aprendizagens, influenciando negativamente os resultados escolares, daí ser um dos eixos de intervenção prioritária no Agrupamento. Daí muitas das ações do projecto TEIP terem incidido e incidem nestas áreas.

3. MEDIDAS DE MELHORIA

A partir dos pontos fracos enunciados do ponto 2, e tendo em conta as ações de melhoria já preconizados no Plano Plurianual de Melhoria do TEIP, apresentamos o acréscimo de 3 ações com vista à melhoria de práticas pedagógicas, com o recurso a articulações, a práticas colaborativas e de partilha.

Desta forma temos:

**Medida 1 – Em Equipa Construámos Conhecimento**

<i>1. Fragilidade/problema a resolver e respetiva (s) fonte (s) de identificação</i>	Fragilidade/problema: A insuficiente sustentação da gestão articulada do currículo, num planeamento estruturante, orientador e realizado com intencionalidade, a fim de promover a consistência das aprendizagens nos níveis de ensino subsequentes e aumentar a eficácia da ação educativa. Fonte: Relatório da avaliação externa do agrupamento – IGE
<i>2. Ano (s) de escolaridade a abranger</i>	1º, 2º e 3º ciclos e secundário
<i>3. Designação da medida</i>	Em equipa construámos o conhecimento
<i>4. Objetivos a atingir com a medida</i>	<ul style="list-style-type: none">• Promover a articulação vertical, ao nível da disciplina, por nível e por ciclo;• Identificar por área disciplinar e ano os conteúdos programáticos imprescindíveis à sequencialidade curricular;• Integrar saberes, atividades e projetos que deem sentido às aprendizagens;• Promover metodologias ativas;• Promover a partilha de experiências e recursos;• Promover a colaboração na prática pedagógica.
<i>5. Metas a alcançar com a medida</i>	<ul style="list-style-type: none">• Implementar a articulação curricular e pedagógica;• Envolver todos os elementos da comunidade educativa em trabalho colaborativo;• Melhorar o desempenho docente em sala de aula, com reflexo nos resultados escolares;• Melhorar os resultados escolares, em 5% por ano.
<i>6. Atividade (s) a desenvolver no âmbito da medida</i>	Descrição: Organizar em cada departamento um grupo de trabalho envolvendo diferentes disciplinas que façam a articulação sequencial de conteúdos, do primeiro ciclo ao secundário. Os professores trabalham esses conteúdos e organizam materiais e instrumentos de avaliação, da mesma temática para cada nível de ensino. As grelhas de articulação vertical e dos materiais produzidos devem ser divulgados nos respetivos departamentos. Periodicamente deverá haver reuniões para monitorização das práticas programadas. Deve ser criado na plataforma <i>Moodle</i> uma disciplina do tema



	que funcione como espaço de articulação e de partilha para todos os professores. Assessorias em sala de aula.
7. <i>Calendarização das atividades</i>	2016/2017- Preparação (grelha de articulação e escolha de temas e preparação de materiais) e implementação no 1º ciclo, 5º, 7º e 10º anos. 2017/2018 e seguintes– Implementação nos restantes anos.
8. <i>Responsáveis pela execução da medida</i>	Coordenadores dos Departamentos, com a colaboração de professores e professores titulares
9. <i>Recursos (crédito horário utilizado ou recursos necessários à implementação da medida)</i>	Crédito horário da escola, resultante da redução do artº 79 e Trabalho de Escola;
10. <i>Indicadores de monitorização e meios de verificação da execução e eficácia da medida</i>	<ul style="list-style-type: none">• Grelhas de articulação vertical;• Atas das reuniões de trabalho;• Quantificação da implementação das práticas programadas;• Inquérito de satisfação aos professores de cada grupo de trabalho;• Estatística de melhorias dos resultados nas disciplinas/dos alunos da turma ao longo do ano;• Tratamento estatístico da evolução das classificações internas e externas, ao longo dos vários anos de implementação.

Medida 2 – Colaboração na Prática Educativa /Transversalidade

1. <i>Fragilidade/problema a resolver e respetiva (s) fonte (s) de identificação</i>	Fragilidade/problema: Fracos resultados internos e externos, com particular incidência na Matemática. Fonte: Estatísticas dos resultados internos e externos, atas das reuniões de conselhos de turma e planos de acompanhamento.
2. <i>Ano (s) de escolaridade a abranger</i>	1º, 2º e 3º ciclos e secundário
3. <i>Designação da medida</i>	Colaboração na Prática Educativa/Transversalidade



<p>4. <i>Objetivos a atingir com a medida</i></p>	<ul style="list-style-type: none">• Valorizar a transversalidade da Língua portuguesa e da Matemática;• Integrar saberes, atividades e projetos que deem sentido às aprendizagens;• Promover a partilha de experiências e recursos;• Difundir as boas práticas pedagógicas;• Fomentar o trabalho colaborativo e o bom relacionamento entre pares.
<p>5. <i>Metas a alcançar com a medida</i></p>	<ul style="list-style-type: none">• Implementar a transversalidade da Língua portuguesa e da Matemática;• Envolver todos os elementos da comunidade educativa em trabalho colaborativo;• Melhorar a qualidade das aprendizagens no Agrupamento;• Melhorar os resultados escolares, em 5% por ano.
<p>6. <i>Atividade (s) a desenvolver no âmbito da medida</i></p>	<p>Descrição: Todas as disciplinas devem valorizar a utilização da Língua portuguesa, uniformizando-se critérios e procedimentos ao nível da correção linguística e a insistência no desenvolvimento das competências de expressão escrita. Deve ser escolhido pelos professores de Português um tema que deve ser trabalhado em todas as disciplinas ao longo do ano (ex. trabalhar as conjugações verbais, ou a acentuação das palavras).</p> <p>O mesmo procedimento deve ser aplicado na área da matemática. Deve ser valorizada a utilidade da matemática, com o uso de conceitos e aplicação de conhecimentos matemáticos nas diversas disciplinas (ex. os números positivos e negativos em História, para contagem do tempo AC e DC, as escalas em Geografia, EV, CFQ...).</p> <p>Na preparação do ano letivo os professores são informados pelos representantes dos grupos de Português e de Matemática de quais os temas a desenvolver ao longo do ano, assim como dos procedimentos a seguir, partilhando ideias e dando sugestões. A medida é aplicada de acordo com as planificações de cada disciplina e com as necessidades de cada turma (PTT).</p>
<p>7. <i>Calendarização das atividades</i></p>	<p>Duração: 2 anos (2016-2018): 2016-2017 – 1º, 2º e 3º ciclos; 2017-2018 – Alargar ao secundário</p>
<p>8. <i>Responsáveis pela execução da medida</i></p>	<p>Representantes dos grupos de recrutamento 110, 300 e 500, com a colaboração de todos os professores</p>



<i>9. Recursos (crédito horário utilizado ou recursos necessários à implementação da medida)</i>	Não são necessários recursos especiais (docentes a envolver)
<i>10. Indicadores de monitorização e meios de verificação da execução e eficácia da medida</i>	<ul style="list-style-type: none">• Atas das reuniões de trabalho, de departamento e do conselho de turma.• Reflexões realizadas em reunião geral de docentes (departamento e escola).• Quantificação da implementação das práticas programadas.• Estatística de melhorias dos resultados nas disciplinas/dos alunos da turma ao longo do ano.• Tratamento estatístico da evolução das classificações internas e externas.

Medida 3 – Avaliação Formativa

<i>1. Fragilidade/problema a resolver e respetiva (s) fonte (s) de identificação</i>	Fragilidade/problema: Necessidade de reforçar a avaliação formativa, enquanto reguladora dos processos de ensino e de aprendizagem, visando a promoção do sucesso escolar. Fonte: Relatório da avaliação externa do agrupamento - IGE
<i>2. Ano (s) de escolaridade a abranger</i>	1º, 2º e 3º ciclos e secundário
<i>3. Designação da medida</i>	Reforçar a avaliação formativa
<i>4. Objetivos a atingir com a medida</i>	<ul style="list-style-type: none">• Implementar a realização de testes comuns por ano e disciplina, para aferição;• Promover a construção de instrumentos de avaliação por nível;• Incentivar a autoavaliação;• Promover a avaliação formativa;• Articular o trabalho dos professores da turma com o professor da sala de estudo.
<i>5. Metas a alcançar com a medida</i>	<ul style="list-style-type: none">• Aplicar a avaliação formativa e a autoavaliação como prática corrente em 90% das turmas;• Envolver todos os elementos da comunidade educativa em trabalho colaborativo;• Melhorar a qualidade das aprendizagens no Agrupamento;• Melhorar os resultados escolares em 5%, por ano, considerando as metas estabelecidas no Agrupamento.



<p>6. Atividade (s) a desenvolver no âmbito da medida</p>	<p>Descrição: Para reforçar a avaliação formativa e a autoavaliação os professores devem proceder a:</p> <ul style="list-style-type: none">•Elaboração conjunta da ficha de avaliação diagnóstica de cada ano, por disciplina;•Elaboração conjunta (por disciplina) da matriz dos testes de avaliação ao longo do ano que são depois adaptados às características de cada turma;•Implementação, duas vezes em cada ano escolar, de testes comuns a nível de escola para todos os anos de escolaridade.•Construção, por disciplina, de diferentes instrumentos de avaliação;•Articulação das atividades de recuperação entre os professores da disciplina e a sala de estudo, com reuniões mensais;•Correção na sala de aula dos trabalhos realizados pelos alunos individualmente ou em grupo, dando-lhes <i>feed-back</i>.•No início das aulas, os alunos devem resumir oralmente a aula anterior.•Os professores devem, no final de cada aula, fazer um balanço, propondo estratégias de recuperação que respeitem o ritmo de aprendizagem de cada aluno;•Realizar mensalmente com os alunos a autoavaliação, a partir de uma ficha de preenchida pelos alunos em cada aula.•Realização, pelo diretor de turma, ouvidos os alunos, de um balanço trimestral sobre o processo ensino – aprendizagem.
<p>7. Calendarização das atividades</p>	<p>Duração: 2 anos (2016-2018)</p>
<p>8. Responsáveis pela execução da medida</p>	<p>Coordenadores dos departamentos, diretores de turma e professores</p>
<p>9. Recursos (crédito horário utilizado ou recursos necessários à implementação da medida)</p>	<p>Crédito horário da escola e horas resultantes da redução do artº 79 e Trabalho de Escola;</p>
<p>10. Indicadores de monitorização e meios de verificação da execução e eficácia da medida</p>	<ul style="list-style-type: none">• Testes realizados e instrumentos de avaliação construídos;• Relatórios trimestrais dos Dts e professores titulares;• Relatórios conjuntos dos professores das disciplinas e dos responsáveis pela sala de estudo;• Atas das reuniões de trabalho, de departamento e do conselho de turma;• Quantificação da implementação das práticas programadas por conselho de turma;• Relatório• Estatística de melhorias dos resultados nas disciplinas/dos



alunos da turma ao longo do ano.

A importância desta proposta, a par com a avaliação feita pela IGE, quanto a nós, passa precisamente pela discussão/reflexão que motivou no Agrupamento e pela motivação (que corresponde igualmente à disponibilidade) dos docentes em melhorar as suas práticas letivas, visando melhorar a qualidade das aprendizagens, a inclusão e aumentar o sucesso escolar.

Notas: - Plano a ser aprovado em Conselho Geral em Setembro de 2016.

- As 3 ações propostas e discutidas vão ser integradas no Plano Plurianual de Melhoria TEIP com vigência até 2018.

Amadora, 16 de Agosto de 2016

O Diretor

Jorge Gomes